

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS AOS VENDEDORES DE ACARAJÉ EM FORTALEZA-CE NO CENÁRIO DE COVID-19 ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2021

ANDRE LUIS DE FREITAS¹

<https://orcid.org/0009-0009-0318-606X>

KARINE ALVES DE LIMA BRAGA²

<https://orcid.org/0009-0007-4709-5659>

ANTONIO CAVALCANTE DE ALMEIDA³

<https://orcid.org/0000-0001-8479-3236>

SUSANA DANTAS COELHO⁴

<https://orcid.org/000-0003-3021-2015>

Recebido em 01.03.2023

Aprovado em 09.07.2024

Resumo

Considerando as várias transformações causadas pela pandemia de Covid-19 em todo o mundo e pelos impactos socioeconômicos observados em diversas economias mundiais, especialmente nas pessoas em condições financeiras menos favorecidas, o objetivo deste estudo foi realizar uma investigação situacional das condições socioeconômicas dos vendedores de acarajé em Fortaleza/CE no período de isolamento, entre os anos de 2020 e 2021. Para isso, determinaram-se como objetivos específicos: realizar uma relação entre gastronomia, religiosidade e cultura afro-brasileira; caracterizar o contexto da comercialização da iguaria acarajé em Fortaleza/CE; e, por fim, compreender como se deu o processo de retomada das atividades de comercialização do alimento após o controle da pandemia no Brasil e sua atual situação em Fortaleza/CE. Este estudo se justifica por sua relevância cultural, considerando a importância do acarajé para a cultura gastronômica baiana e sua aceitação positiva no contexto gastronômico de Fortaleza/CE. Como metodologia, o estudo se configura como descritivo, de caráter quantitativo, respaldado pela pesquisa bibliográfica e na aplicação de questionários aos vendedores de acarajé da Avenida Beira Mar, em Fortaleza/CE, em novembro de 2021. Como resultados do estudo, identificou-se que o aspecto religioso permanece intrinsecamente ligado ao acarajé, mesmo que a religião da maioria dos vendedores entrevistados neste estudo seja católica. O

¹ Bacharel em Estilismo e Moda (2008) - Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Gestão do Design de Moda (2015) - UNIATENEU; Especialista em Turismo Sustentável (2024) - Instituto Federal do Ceará (IFCE) e mestre em Gestão de Negócios Turísticos (2024) - Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: andretsukino@gmail.com

² Bacharela em Turismo, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Fortaleza. Formada em Guia de Turismo, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Fortaleza. E-mail: karine.alves.lima03@aluno.ifce.edu.br.

³ Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional – UTFPR *Campus* Pato Branco. Doutor em Ciências Sociais [Antropologia] – PUC-SP; mestre em Sociologia Política – UFSC; professor de Sociologia do IFCE *Campus* Fortaleza. E-mail: antonio.cavalcante@ifce.edu.br

⁴ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC; professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – campus Fortaleza, Brasil. Email: susanadantas@ifce.edu.br

aspecto antropológico ligado à comida é mais forte e a origem religiosa permanece como algo peculiar da imagem de comercialização da iguaria. Além disso, houve uma brusca diminuição da renda dos vendedores de acarajé e mais da metade não recebeu nenhum auxílio financeiro do governo, o que denota o grande impacto socioeconômico da pandemia na atividade laboral desses ambulantes. Por fim, conclui-se que o impacto econômico durante a pandemia foi expressivo e que ainda hoje faz-se necessário que esses vendedores se adequem às novas tecnologias, com o intuito de melhorar suas vendas.

Palavras-chave: Impactos Socioeconômicos. Vendedores de Acarajé. Covid-19.

SOCIOECONOMIC IMPACTS ON ACARAJÉ SELLERS IN FORTALEZA-CE IN THE COVID-19 SCENARIO BETWEEN 2020 AND 2021

Abstract

Considering various transformations caused by the Covid-19 pandemic, one can observe negative socioeconomic impacts in several areas of the planet, particularly affecting economically disadvantaged individuals. In light of this, the objective of this study was to conduct a situational investigation of the socioeconomic conditions of acarajé vendors in Fortaleza/CE during this period (2020-2021). To this end, the following specific objectives were determined: a) to establish a relationship between gastronomy, religiosity, and Afro-Brazilian culture, b) to characterize the context of sale of such a delicacy in Fortaleza/CE, and finally, c) to understand how the process of resuming the commercialization of the product occurred after the control of the virus. This study is justified by its cultural relevance, as it considers not only the importance of acarajé to the Bahia gastronomic culture but also its significant acceptance in the gastronomic context of Fortaleza/CE. Methodologically, the study is descriptive and quantitative, supported by bibliographic research and the application of questionnaires to acarajé vendors on Avenida Beira Mar, in Fortaleza/CE, in November 2021. The study results identified that the religious aspect remains intrinsically linked to acarajé, even though most of the interviewed vendors are catholic. Additionally, it was noted that the anthropological aspect related to food is stronger and that the religious origin remains a peculiar element of the delicacy's commercialization image. It should also be highlighted that there was a sharp decrease in the income of acarajé vendors, given that more than half did not receive any financial aid from the government, resulting in a negative socioeconomic impact on the studied labor activity. Finally, it is concluded that to reverse the situation, it is necessary for these workers to adapt to new technologies in order to improve their sales.

Keywords: Socioeconomic Impacts. Acarajé Vendors. Covid-19.

1. INTRODUÇÃO

É fato que a humanidade sempre passou por períodos de crise, sejam elas financeiras, sanitárias ou de guerras. Entretanto, diante do cenário da Covid-19 e levando em consideração o estágio evolutivo em que a humanidade se encontra, imersa em grandes avanços tecnológicos e estudos científicos, pertencente a um mundo globalizado e conectado digitalmente, pode-se dizer que este foi o período o mais desafiador do século XXI.

Desafiador porque o ser humano, como um sujeito gregário, necessita sempre do contato com o outro e do estabelecimento do diálogo com seu semelhante. Diante de tal cenário, viu-se repentinamente submetido à ausência de convívio social, uma vez que uma das medidas de contenção da Covid-19 foi o isolamento social (SILVA, 2020).

No Brasil, as medidas foram determinadas por meio de decretos a nível municipal e estadual, seguindo as indicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os exemplos de países como China e Nova Zelândia, que se mostraram eficazes na contenção da doença em um período crítico, quando ainda não havia uma vacina ou tratamento cientificamente comprovado e eficaz.

Todavia, mesmo com medidas de isolamento, percebeu-se a fragilidade nas tentativas de contenção, que ocasionou rapidamente o aumento no número de casos e mortes, além dos impactos econômicos, que embora tenham sido suficientes para piorar a situação de muitos brasileiros, não pode se sobrepor ao direito à vida, respaldado pelo Artigo 5 da Constituição de 1988⁵ (BRASIL, 1988).

Diante desse cenário, o Governo do Estado decretou *lockdown* em março de 2020, obrigando o comércio a fechar e a se adequar aos protocolos de biossegurança. Isso possibilitou que empresários e empreendedores com conhecimento tecnológico comercializassem seus produtos de forma virtual, fortalecendo os serviços de entrega e retirada. Dessa forma, novos aplicativos de entrega de mercadorias e alimentos surgiram, fortalecendo os que estavam entrando no mercado e consolidando os que já existiam (SILVA, 2020).

Com o objetivo de especificar ainda mais este setor do comércio, este estudo foca nos vendedores de comida de terreiro, especialmente os que comercializam acarajé na orla turística de Fortaleza, na avenida Beira Mar, uma iguaria que se configura como um alimento de forte tradição cultural e religiosa. Nesse sentido, esta pesquisa traz como questão-problema: Quais as dificuldades e soluções encontradas pelos vendedores de acarajé para superar a crise econômica durante o período pandêmico?

Para responder a estes questionamentos, determinou-se como objetivo geral investigar algumas implicações socioeconômicas aos vendedores de acarajé na Beira Mar de Fortaleza-CE durante o período da pandemia de Covid-19. Já como específicos, a) caracterizar a cultura e inserção do acarajé no contexto gastronômico de Fortaleza - CE; b)

⁵ Na constituição federal do Brasil é garantido o direito à vida, respaldado pelo Art. 5, que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]” (BRASIL, 1988, *online*).

averiguar se houve e quais os auxílios voltados para vendedores autônomos de comida de rua durante o período de pandemia; c) verificar como se deu o comércio de acarajé no período da pandemia de Covid-19 e d) analisar o retorno do trabalho presencial pós pandemia e seus desafios.

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi uma pesquisa quantitativa de caráter descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e na aplicação de questionários aos vendedores de acarajé na Avenida Beira Mar, em Fortaleza/CE, utilizando o método de Estudo de Caso. A pesquisa foi conduzida durante o mês de novembro de 2021, envolvendo uma amostra de seis vendedores de acarajé. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário elaborado especificamente para este fim. A análise dos dados teve como objetivo responder às questões de pesquisa propostas.

2 O COMÉRCIO AMBULANTE NA ORLA DE FORTALEZA

A Avenida Beira Mar de Fortaleza, que se estende como uma continuação da rua dos Tabajaras, iniciando no entroncamento com a rua dos Arariús e terminando na interseção com a Avenida Vicente de Castro e a Avenida da Abolição, é reconhecida como uma das principais vias da capital do ponto de vista do turismo cearense.

Neste perímetro, a rede hoteleira concentra seus principais estabelecimentos, em uma área onde o mar, o conjunto urbanístico e arquitetônico e as histórias do local se entrelaçam com a memória boêmia e praiana da cidade. Isso atrai turistas e moradores locais que frequentam diariamente o calçadão ou praticam esportes na área.

Além de sua história, a avenida possui como atrativo a feirinha de artesanato, considerada um marco importante. Acredita-se que tenha surgido na década de 1970, inicialmente na calçada do Othon Palace Hotel (atual Oásis Atlântico Imperial), conhecida então como Feira de Artesanato da Volta da Jurema, posteriormente renomeada para Feira de Artesanato da Beira Mar. Hoje, essa feira está localizada no calçadão, onde diversos feirantes vendem uma variedade de produtos artesanais (GONÇALVES, 2009).

O comércio na avenida vai além da venda de artesanato. Ao longo do calçadão, há muitos quiosques, barracas de praia e ambulantes vendendo comida, tornando-se um dos principais pontos comerciais da cidade.

Na década de 1970, o comércio ambulante, predominantemente de artesanato, estava em ascensão e não possuía nenhum tipo de ordenamento. As pessoas se

instalavam nas calçadas de forma desorganizada, levando a uma intervenção governamental durante a gestão de Virgílio Távora (1979-1982), conforme Calíope et al. (2016).

como as pessoas apenas chegavam e apropriavam-se do espaço, o número das pessoas na calçada foi crescendo de tal modo que se fez necessária a intervenção governamental, por ser um espaço público e pelos problemas decorrentes. [...]. De acordo com o entrevistado E27, “quando a feira tava já com [...] umas 100 pessoas [...] a fiscalização do rapa veio e prendeu as mercadorias das pessoas [...]; nós fomos ao governo do Estado, que era o Virgílio nesse tempo, e o Virgílio escreveu um dito no qual não podiam mais prender a mercadoria dos artesãos que trabalhavam aqui na calçada (CALÍOPE *et al*; 2016, p. 61).

Ao longo dos anos, a orla marítima passou por mudanças significativas, sendo a mais recente realizada e concluída pela gestão do Prefeito José Sarto⁶ em maio de 2022, que requalificou toda a extensão da via.

a engorda da faixa de areia, criada entre os espigões das avenidas Rui Barbosa e Desembargador Moreira, possibilitou a urbanização da área, resultando na ampliação do calçadão existente e na criação de novos espaços, como a nova via paisagística com ciclovia, pista de *cooper*, além da nova Feirinha de Artesanato e construção de 63 pontos comerciais distribuídos em quiosques. O calçadão ganhou, também, nova iluminação com fiação embutida, sete complexos de banheiros públicos com chuveirões para os banhistas e atletas, e quiosques especiais para a funcionamento da Central de Videomonitoramento da orla, Casa do Turista e sede administrativa (PREFEITO..., 2022, *online*).

No que se relaciona ao ordenamento legal do comércio feirante e ambulante na orla, têm-se o Código da Cidade (Lei Complementar Municipal N° 270/2019), documento que regulamenta o comércio na Orla, assegurando que, em grandes eventos, o ambulante e pequenos empreendedores cadastrados previamente, possam comercializar seus produtos legalmente (PMF, 2022).

Segundo dados da PMF (2022), sobre o comércio ambulante na Avenida Beira Mar:

ao longo da orla, são mais de 200 ambulantes comercializando lanches rápidos, bebidas e sobremesas, como sanduíches, acarajés e churros, além, é claro, de um dos pontos que é parada obrigatória para quem frequenta a Beira-Mar: o Mercado dos Peixes, (PREFEITO..., 2022, *online*).

⁶ A gestão de José Sarto, eleito em 2020, como Prefeito de Fortaleza, teve início em 2021 e terminará em 2024, estando atualmente em exercício do mandato.

Movimentando o turismo e a economia local, o comércio ambulante e de feirantes na Avenida Beira Mar se apresenta como um cartão postal da cidade, que vem se reinventando desde as décadas de 1970, quando começa a consolidar-se como uma vitrine turística de Fortaleza, se tornando conhecido pelos turistas que visitam Fortaleza, sendo atividade inserida no turismo daquele lugar.

2. 1 Implicações socioeconômicos da pandemia da Covid-19: restrições ao comércio em Fortaleza.

O primeiro caso de *Covid-19* confirmado no Brasil data de 25 de fevereiro de 2020 (MUNIZ; SILVA; FERNANDES, 2020), embora a pandemia tenha seus primeiros casos da doença registrados ainda no segundo semestre de 2019, na Ásia.

Logo após o carnaval de 2020, o país percebe um agravamento na transmissão da doença no Brasil, iniciando também os primeiros impactos no Sistema Único de Saúde (SUS). A economia também apontava seus primeiros impactos provenientes do isolamento social, com a restrição total do acesso à bares, comércios e restaurantes, como corrobora Muniz; Silva e Fernandes (2020):

[...] em março, o país começou a sentir os efeitos econômicos do novo Coronavírus, com fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de evitar o avanço da pandemia. De acordo com o Ministério da Saúde, até 06 de julho de 2020 o Brasil tinha 1.613.351 casos confirmados e 65.120 mortes. Tendo se tornado o segundo país com o maior número de casos e de óbitos, atrás apenas dos Estados Unidos, o noticiário internacional classificou o Brasil como o novo epicentro da pandemia, pois a curva de contaminação ainda seguia um movimento ascendente e acelerado. São Paulo concentrava o maior número de casos e mortes, seguido pelo Rio de Janeiro e Ceará (MUNIZ; SILVA; FERNANDES, 2020, p. 88-89).

Embora a pandemia tenha assolado todos os estados brasileiros, coube aos governadores e prefeitos adotarem medidas de controle sanitário da doença, uma vez que o executivo nacional e o Ministério da Saúde se mostraram pouco empenhados em lidar com a gravidade do problema. Assim, as medidas de isolamento social rígido, os *lockdowns*, que proibiram o funcionamento presencial do comércio começaram a ser sancionadas pelos governadores e prefeitos.

No Ceará, sob a gestão do Governador Camilo Santana⁷, foram adotadas uma série de medidas sanitárias de combate à *Covid-19*. Segundo dados disponíveis no portal do Governo do Estado do Ceará, foram publicados 94 decretos, sendo o primeiro divulgado no dia 16 de março de 2020 e o último decreto, relacionado a pandemia, datado de 30 de abril de 2022 (DECRETOS..., 2022, *online*).

O primeiro decreto que instituiu o isolamento social rígido no Ceará foi em maio de 2020, com duração inicial de 20 dias, estendendo-se aos municípios cearenses, inclusive a Fortaleza, a segunda capital brasileira a adotar essa medida, após São Luís - MA.

Fortaleza, como capital administrativa do Estado, teve seu comércio presencial suspenso. O turismo estagnou, ocorreram muitas demissões tanto no comércio da orla quanto em toda a cidade. Na visão de Muniz; Silva e Fernandes (2020),

[...] a pandemia teve reflexo direto nas demissões de trabalhadores. Durante o período de isolamento social e de fechamento de muitas atividades desenvolvidas na metrópole, deu-se uma desestruturação que atinge preferencialmente a massa de trabalhadores formais e informais e as pequenas e micros empresas. Durante o período de *lockdown*, houve severo controle sobre o desenvolvimento de atividades no estado. A definição do que era essencial revelou uma cidade com comércio e indústrias com suas portas fechadas, redução acentuada do transporte urbano e intermunicipal. As cidades pararam parcialmente, havendo maior reação e desobediência na periferia (MUNIZ; SILVA; FERNANDES, 2020, p. 100).

É válido destacar, que embora de maneira tardia, o Governo Federal, por meio da ação do poder legislativo, criou algumas ações para mitigar os impactos socioeconômicos, principalmente para salvaguardar empregos e garantir que as camadas mais vulneráveis da população não passassem necessidades extremas.

As políticas públicas na forma de ações sociais foram o Auxílio Emergencial, no valor de R\$ 600 oferecido pelo governo federal e pelo ministério da economia, houve a criação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), auxílio criado por motivo da *Covid-19*, destinado àquelas que tiveram os contratos de trabalhos suspensos por conta da pandemia, ou tiveram sua jornada de trabalho reduzida, conseqüentemente diminuição do salário (PROGRAMA..., 2021, *online*).

⁷ A gestão de Camilo Santana, eleito para seu 2º mandato como Governador do Ceará, tem início em 2019 e finalização em abril de 2022, renunciando em favor de sua vice, Izolda Cela, que concluiu o mandato em 1 de janeiro de 2023.

No que se refere às ações de políticas públicas do Governo Estadual do Ceará, a fim de amparar parte da população cearense em situação de vulnerabilidade foi criado um auxílio voltado aos profissionais do setor de bares e restaurantes que ficaram desempregados, um benefício no valor de mil reais dividido em duas parcelas de quinhentos reais (PONTES, 2021, *online*).

Outras ações assistenciais, como a distribuição de cestas básicas e um cartão alimentação, também compuseram as tentativas da esfera municipal em assistir ambulantes, pequenos empreendedores, profissionais liberais e população carente (GOVERNO..., 2021, *online*).

Segundo notícia veiculada pelo *site* da FIOCRUZ (2020, *online*),

a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias (IMPACTO, 2020, *online*).

O desemprego e a fome são uma das principais marcas sociais da pandemia. Segundo Buss e Tobar (2020, p.1):

a pandemia provou ser um problema que pode ter um impacto profundo na economia global: trilhões de dólares evaporaram das bolsas de valores de todo o mundo, antes que fechassem suas portas para evitar o colapso total, seja porque seus operadores adoeceram, seja por a queda de seus ativos financeiros; Milhões de pessoas perderam seus empregos, pelo menos temporariamente, e muitos outros trabalhadores informais, excluídos dos esquemas de proteção social, foram forçados - por governos ignorantes/omissos - a uma escolha trágica: ou saem de casa para ganhar o pão e se expõem ao vírus ou são deixados em isolamento social e morrem de fome (BUSS; TOBAR, 2020, p. 1, **tradução nossa**).

Para Silva (2021) contextualizando a questão econômica em decorrência da crise provocada pela Covid-19, diz que:

A perda de renda para esses trabalhos não aconteceu de forma gradual, mas sim repentina e infesta, onde em um dia algumas dessas pessoas em situação de informalidade estavam trabalhando fora de casa, como no caso de vários vendedores ambulantes, e no outro se viram obrigados a deixar as ruas dado as circunstâncias de medidas de isolamento social impostas nas cidades brasileiras para tentar conter a curva de contágio da COVID-19 no País (SILVA, 2021, p. 31).

Deste modo, ações de políticas públicas foram importantes para diversos vendedores, tal como os de acarajé, da orla de Fortaleza, no qual são objeto de estudo

deste trabalho, pudessem enfrentar as dificuldades oriundas do período mais severo da pandemia.

2. 2 A representatividade do acarajé e sua inserção no contexto gastronômico de Fortaleza-CE

O Ceará desempenhou um papel significativo no comércio interprovincial de escravos durante a segunda metade do século XIX, tornando-se um centro de exportação de mão-de-obra escrava. Serviu como ponto de partida para o Sudeste, especialmente para as regiões canavieira e cafeeira do Rio de Janeiro, e para a expansão cafeeira em São Paulo. Em menor escala, escravos também foram enviados para o Norte do país. Após a grande seca de 1877, muitos cearenses foram atraídos para trabalhar na borracha na Amazônia, onde alguns escravos fugiam entre os “retirantes” (BANDEIRA, 2011).

No entanto, sob outras perspectivas analíticas, a interseção de conhecimentos, cultura, religiosidade popular e práticas curativas no Ceará resultou de um fluxo contínuo de negros, índios e seus descendentes entre os estados do Maranhão, Pará e demais estados da Amazônia. Até meados do século XX, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial, as religiões afro-brasileiras enfrentaram perseguições policiais, levando as casas de culto do Catimbó, Jurema, Terecô, Candomblé ou Umbanda a operar clandestinamente, muitas vezes com suas atividades realizadas às escondidas (BANDEIRA, 2011).

Nesse vazio de conhecimento sobre terreiros de Candomblé, Macumba e Umbanda no território cearense, contribuem informações e dados do censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. Os resultados indicam que Fortaleza, a capital do Estado do Ceará, abriga uma população de 2.686.612 habitantes, dos quais uma minoria - 17.248 pessoas - se declara praticante de religiões de matriz africana, como Candomblé e Umbanda (IBGE, 2020).

A recusa de certos segmentos da população cearense em reconhecer a presença e a adesão ao culto de divindades de origem africana no Estado pode estar relacionada ao status oficial do Ceará como predominantemente católico apostólico romano, o que tende a minimizar a influência da cultura negra-africana. Abordagens de natureza senhorial continuam a “desafricanizar” a população negra no Ceará, tanto como força de trabalho

essencial para o sustento do Estado, quanto nas práticas culturais que reinterpretam costumes e tradições, além do histórico intenso de tráfico de diásporas neste Estado.

A cultura afro-cearense, de maneira geral, enfrentou um processo de invisibilidade devido a uma trajetória histórica que minimizou a presença africana, e também por um esforço ideológico de negar a existência de conflitos raciais, atribuindo-os à mestiçagem predominante na população do estado (CUNHA JUNIOR, 2011).

Dentro desse contexto, as religiões de matriz africana são frequentemente deslegitimadas na região, associadas a práticas culturais consideradas inferiores e atrasadas na sociedade brasileira. No entanto, as comunidades de terreiros desempenham um papel essencial como guardiãs do patrimônio civilizatório dos descendentes de africanos no Brasil, sendo espaços onde indivíduos detêm direitos e significativa importância social, através de sua rica produção histórica, material e simbólica.

Diante disso, no contexto gastronômico, o acarajé não apenas se configura como um prato típico, mas também representa um símbolo de resistência e preservação da rica herança cultural afro-brasileira. Em Fortaleza, sua presença na gastronomia local não apenas reflete a adaptação, mas também a integração de tradições culturais diversas. A aceitação e popularidade do acarajé na cidade demonstram um claro reconhecimento e valorização dessas tradições, mesmo em um contexto geográfico distinto da Bahia.

O consumo do acarajé em Fortaleza não se restringe apenas à sua apreciação gastronômica, mas também representa um importante fenômeno cultural e social na cidade. Este prato típico da culinária afro-brasileira não só atrai consumidores locais, mas também turistas interessados em explorar e vivenciar as tradições culinárias e religiosas associadas ao acarajé. Sua presença nos mercados, feiras e eventos culturais em Fortaleza reflete não apenas a popularidade do prato, mas também a valorização da diversidade gastronômica e cultural da cidade.

A relação entre o acarajé e a religiosidade é profundamente enraizada, uma vez que este é tradicionalmente consagrado como alimento sagrado no Candomblé e em outras religiões de matriz africana. Para melhor compreender essa conexão em Fortaleza, é essencial investigar a quantidade de terreiros existentes e a demografia da população que pratica tais religiões na cidade. Dados recentes revelam um número significativo de terreiros em Fortaleza, refletindo uma comunidade ativa e vibrante dedicada à prática e preservação dessas tradições religiosas (SILVA, 2020).

Atualmente, Fortaleza, segundo os dados mais recentes do IBGE (Censo Demográfico 2020), possui cerca de 2.686.612 habitantes, com a seguinte distribuição em termos de raça e etnia: 35,6% declarados brancos, 57,6% pardos, 4,1% pretos, 1,1% declarados amarelos e 0,2% indígenas do total da população (IBGE, 2020).

Em relação ao pertencimento religioso, embora não haja dados específicos para a capital neste momento, pode-se fazer uma projeção com base nos dados do estado do Ceará, que indicam a existência de 17.248 pessoas que se declaram pertencentes a umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras (IBGE, 2020).

Em Fortaleza, a religião Católica Apostólica Romana correspondia a 67,9% da população residente em 2010, totalizando 1.664.521 pessoas. As religiões evangélicas ocupavam o segundo lugar, com 21,3% da população residente se identificando como pertencente a essas religiões, o que corresponde a 523.456 pessoas. Em seguida, 6,6% da população residente se declarava sem religião (162.985 pessoas), 1,3% como espíritas (31.691 pessoas) e 0,7% como Testemunhas de Jeová (17.518 pessoas). As demais religiões respondiam por 2,1% da população residente no município, totalizando 52.016 pessoas (NESP, 2016).

Segundo a Federação de Cultos Afro-brasileiros do Ceará (FCABC), Fortaleza abriga aproximadamente 50 terreiros, com uma população praticante estimada em cerca de 10.000 pessoas. Esta comunidade desempenha um papel relevante na preservação e disseminação das tradições afro-brasileiras, incluindo o preparo e a comercialização do acarajé.

A cozinha brasileira é o reflexo da mistura e miscigenação cultural de seu povo. Os hábitos alimentares e gastronomia possuem forte influência africana, portuguesa e indígena. Para Meneguel e Tricárico (2018, p. 420):

a culinária retrata os vestígios das trocas e da miscigenação cultural. Assim, a culinária brasileira é constituída por influências de diversos grupos étnicos. Especificamente, o Estado da Bahia, é caracterizado por ter recebido o maior número de imigrantes escravos africanos que influenciaram fortemente na cultura, por meio da dança, música, religião e culinária (MENEGUEL; TRICÁRIO, 2018, p.420).

Para Modolo e Barros Junior (2018, p. 188) “a alimentação é e sempre foi um aspecto fundamental da sobrevivência humana. Mas muito além de sobrevivência, ao redor do alimento se criou hábitos, culturas, características físicas e religiões”. Ainda na visão de Modolo e Barros Junior (2018, p. 188):

fator essencial também para adaptações culinárias é a religião, onde a religião africana, mais especificamente o candomblé, já tinha uma cultura alimentar moldada em torno de oferendas às divindades. Devido a impossibilidade de encontrar determinados ingredientes, os africanos se viram obrigados a adaptar suas oferendas misturando ingredientes locais com os de seu continente, na intenção de realizar as oferendas como se pede o rito (MODOLO; BARROS JUNIOR, 2018, p. 191).

Por isso, a cozinha brasileira se faz presente no cotidiano de nosso povo e na rotina e hábitos à mesa de nossa nação, visto que a incorporação entre o rito, o sacro e o alimento se tornam mais forte, principalmente quando a presença da herança cultural africana se destaca na história do Brasil.

Ainda segundo Modolo e Barros Junior (2018, p. 190) “um ponto divisor na história da alimentação no Brasil é a influência africana durante o período da escravidão, que molda a alimentação e os produtos consumidos pelos brasileiros até os dias atuais”. Uma das mais conhecidas é o acarajé (origina-se do étimo *fon àklàje* ou do étimo *yorubá àkàrà je*), se configura como um prato criado pelos escravos de etnia nagô e introduzido inicialmente na Bahia, por meio da influência africana (FEITOSA; MARQUES, 2020).

O acarajé é uma iguaria que representa a Bahia em todo o território nacional, uma das mais conhecidas, marcada por sabor e história. O acarajé é apresentado como um bolinho de feijão branco, frito em azeite de dendê e seu consumo, registrado na literatura brasileira desde o ano de 1802, marcado pelo relato de um professor de grego, Luís dos Santos Vilhena (1969), que corrobora:

Não deixa de ser digno de reparo ver que das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos e negociações de maior parte saem de 8, 10... ou... mais negros a vender pelas ruas, a pregar as cousas mais e vis como sejam iguarias de diversas qualidades, mocotós, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, acaçá e acarajé (VILHENA, 1969, p. 130).

Além deste registro, a influência da cultura africana no Brasil é percebida em outros pratos de origem africana, inicialmente consumidos apenas pelos negros, escravos e pessoas de baixa renda, como evidencia Borges (2008, p.11): “pelo menos oficialmente,

esse tipo de comida não fazia parte do cardápio das famílias com melhores condições econômicas” e posteriormente caiu no gosto popular brasileiro se tornando iguaria reconhecida pela gastronomia brasileira.

Durante o período escravocrata brasileiro, uma das atividades atribuídas às mulheres era o trabalho doméstico e “durante o século XVIII e XIX, algumas delas estavam na condição de escravas-de-ganho ou ganhadeiras, onde, preparavam quitutes e mingaus e vendiam nas gamelas ou tabuleiros nas ruas [...]” (SANTOS, 1995 *apud* MENEGUEL; TRICÁRIO, 2018 p. 423).

Segundo Santos (1995) *apud* Meneguel; Tricário (2018, p. 424), “a venda no tabuleiro também era realizada visando retorno financeiro para o financiamento de festas religiosas nos terreiros e para a criação de irmandades católicas.” Nascia assim, a “[...] figura da baiana de acarajé e todos os seus elementos, se tornando um ícone da culinária afro-brasileira, detentoras do conhecimento dos ingredientes e modo de preparo da iguaria e outras receitas, as quais afloram o imaginário gustativo de residentes e turistas” (MENEGUEL; TRICÁRIO, 201, p. 423).

De acordo com Meneguel e Tricário (2018, p. 425) explicitando a respeito da comida:

O tabuleiro da baiana também reafirma um elo entre a comida de rua e a comida sacra, não apenas pelos quitutes comercializados, mas também pelos rituais de arrumação do tabuleiro, adornos, utensílios culinários tradicionais e pela indumentária (MENEGUEL; TRICÁRIO, 2018, p. 425).

Ainda sobre as baianas, estas executam ritos antes das vendas, os quais ilustram bem a fusão da cultura e religiosidade, conforme explicita Rial (2005):

Ao montar o tabuleiro, as que são mais comprometidas com o sistema religioso do candomblé, fazem ritos de purificação e de sacralização do espaço. Pequenas porções de acarajé são jogadas ao chão como oferendas aos ancestrais e a Exu⁸ e mantém no tabuleiro plantas com poder de afastar o mau-olhado e os acidentes,[...] atrás da orelha um ramo de arruda[...] (RIAL, 2005, p.7).

Já para Meneguel e Tricário (2018, p. 429):

⁸ “Exu é uma divindade do panteão africano, conta com adeptos e simpatizantes da cultura lorubá e das matrizes africanas em todo o mundo. É aquele que guarda seus comungantes e as portas dos templos, aquele que leva as mensagens do homem para os deuses; a ele são atribuídas diversas bençãos” (RODRIGUÊS; MORAES, 2021, p. 241).

Dentre os diversos quitutes e doces atualmente comercializados pelas baianas do tabuleiro (abará, açaçá, bolinho de estudante, passarinha, lelê, caruru, cuscuz, mingaus, cocada branca, outros), o destaque é para o acarajé, que não ficou restrito às oferendas religiosas, mas conquistou o gosto popular brasileiro.(MENEGUEL; TRICÁRIO, 2018, p. 429).

Além de quitute, o acarajé também é um dos alimentos usados nos rituais religiosos do Candomblé. É tido como uma oferenda concedida ao Orixá Iansã. Para a Fundação Joaquim Nabuco (2016),

Iansã, a deusa dos ventos e das tempestades, foi à casa de Ifá (oráculo africano) buscar um alimento para seu marido. Ifá o entregou recomendando que quando Xangô comesse fosse falar para o povo. Desconfiada, Iansã o provou antes de entregá-lo ao marido e nada aconteceu. Chegando em casa, entregou o preparado a Xangô, sem esquecer de repassar as informações do Ifá. Xangô o comeu e quando estava falando ao povo, começaram a sair labaredas de fogo da sua boca. Afrita, Iansã correu para ajudá-lo, começando também a ter labaredas de fogo saindo da sua boca. Diante disso, o povo começou a saudá-los de grandes reis de Oyó, ou seja, grandes reis do fogo (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, [200-?], *online apud FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2016, online*).

Sabe-se que o quitute afro-brasileiro, ganhou paladares nacionais, sendo muito comercializado pelos vendedores ambulantes da Avenida Beira Mar de Fortaleza, se tornando ponto cativo para apreciação da iguaria na cidade. Além disso, representa também, um marco de resistência, pois ao trazer em suas raízes históricas e antropológicas as religiões de matrizes africanas e a herança dos negros escravizados, grego identidade a este alimento. Dentro desta temática, o Jornal O Povo, Fortaleza, entrevistou a baiana Pérola de Oyá, que corrobora com a informação:

dos 30 anos de experiência que a baiana Pérola de Oyá tem no preparo do acarajé, 13 foram vividos em Fortaleza. “Já vim para a cidade com o acarajé. Foi minha primeira fonte de renda”, relembra. À época, viver da venda da iguaria na Cidade era mais difícil, mas Pérola conta que a procura aumentou nos últimos anos. “Em Salvador é diferente, o povo nunca para de comer acarajé. A gente come toda hora, por qualquer motivo”. [...] Pérola costuma vender seus acarajés na avenida Beira Mar, estratégico para turistas. Com todos os ingredientes de Salvador, ela vende o prato de segunda a segunda (ZARANZA, 2019, *online*).

De modo geral, podemos caracterizar o consumo deste alimento em Fortaleza, para além dos seus aspectos sagrados, como uma comida de rua. Conforme mencionado pelo professor de grego, pode-se observar que em Fortaleza o consumo de acarajé já conquistou mercado, estando disponível até em aplicativos de venda de comida como o

Acarajé Express, que atualmente conta com 8 vendedores cadastrados. Na Avenida Beira Mar, especificamente, encontram-se 6 vendedores tradicionais de acarajé (Fig. 2): Acarajé da Manu, Acarajé da Pérola de Oyá, Acarajé do Paulinho, Acarajé e Cia, Acarajé da Adriana e Acarajé da Tia Lúcia, ao longo da Via Paisagística da Orla de Fortaleza/CE, conforme aponta a figura 1:

Figura 1 - Localização dos vendedores na Avenida Beira Mar de Fortaleza.



Fonte: Adaptado *Google Maps* Fev/2022.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O método adotado nesta pesquisa é baseado em uma abordagem quantitativa, descritiva, utilizando o estudo de caso como método principal. O foco foi direcionado para o segmento do comércio de acarajés, concentrando-se nos comerciantes da Avenida Beira Mar em Fortaleza/CE.

O recorte geográfico da pesquisa utilizou como critério de amostragem a facilidade de acesso, identificando esses estabelecimentos através da ferramenta *Google Maps* e delimitando o perímetro completo da Avenida Beira Mar. Esse critério de amostragem baseia-se na facilidade de encontrar os pontos de venda, onde o pesquisador seleciona elementos aos quais tem acesso, considerando que estes possam representar o universo estudado (GIL, 1999).

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário elaborado previamente, contendo perguntas abertas e fechadas destinadas aos vendedores selecionados. Cada entrevistado respondeu a nove questões para contribuir com a elucidação da pesquisa.

A análise dos dados foi conduzida utilizando categorias de análise de conteúdo, alinhadas aos objetivos geral e específicos estabelecidos. O período temporal analisado compreende os anos de 2020 e 2021. Além da pesquisa de campo, a base teórica deste estudo também se fundamentou em pesquisa bibliográfica.

4 ALTOS E BAIXOS DO COMÉRCIO DE ACARAJÉ NA PANDEMIA DO COVID-19: relatos de vendedores da avenida beira mar de Fortaleza.

Observou-se que o período da pandemia foi desafiador para todos aqueles que dependem do comércio, incluindo os vendedores de acarajé da Avenida Beira Mar em Fortaleza, foco deste estudo.

Inicialmente, buscou-se caracterizar de forma socioeconômica o perfil desses vendedores. Verificou-se que a maioria desses empreendedores são mulheres, com 83,3% das respostas, enquanto homens representaram 16,7%.

Em relação à religião dos entrevistados, observa-se que 66,7% pertencem à religião católica. A pesquisa de campo revelou que a produção das comidas de terreiro é realizada exclusivamente por praticantes das religiões de matriz africana. Importante destacar que dentro das religiões de matriz africana, 16,7% são do Candomblé e outros 16,7% praticam a Umbanda. Esses dados indicam uma diversidade religiosa significativa entre os entrevistados, refletindo a pluralidade de crenças e práticas na comunidade estudada.

Em relação ao tempo de venda da iguaria na Avenida Beira Mar, observou-se que 50% desses pontos passaram de geração em geração, alguns se encontrando já na terceira geração, totalizando de 35 ou mais anos de trabalho e 33,3% possuem de 15 a 20 anos, quando que 16,7% possuem de 5 a 10 anos de trabalho, ou seja, são vendedores consolidados na prática de venda do acarajé na orla, transformando a Avenida Beira Mar em um ponto tradicional da venda da iguaria.

A pesquisa questionou ainda sobre o período do *lockdown*, na cidade de Fortaleza, e como foi percebido esse período nas vendas. Percebe-se que para 50% dos vendedores não houve lucro neste período, pois as condições de trabalho mudaram de forma brusca,

impedindo o comércio e paralisando as atividades. Já para 33,3%, diminuiu 50% das vendas, enquanto que para 16,7%, a renda diminuiu em 80%, sobrevivendo de poucas vendas ao mês. Percebe-se que a situação de vulnerabilidade social desses vendedores se agrava com a diminuição das vendas, o que não nos surpreende, pois, a principal fonte de renda desses vendedores é o comércio de acarajé.

No quinto questionamento, foi abordado o período de flexibilização do lockdown, no qual o cenário não se alterou significativamente, uma vez que os vendedores enfrentaram dificuldades para lucrar com a venda dos acarajés. Observou-se que 50% deles não conseguiram obter lucro durante esse período. Outros 33,3% afirmaram ter lucrado apenas parcialmente, enquanto 16,7% conseguiram aumentar sua renda através de outras formas de venda dos acarajés. Esses dados revelam um panorama desafiador para os comerciantes, sugerindo a necessidade de estratégias adicionais para sustentar suas atividades comerciais. Assim, observa-se a necessidade de reinvenção e busca por novos atrativos para a comercialização do acarajé tornou-se uma constante para impulsionar as vendas.

Na pergunta 6, investigou-se as transferências de renda na forma de auxílios pelos poderes públicos federal, estadual e municipal. Observou-se que 66,7% dos vendedores não receberam nenhum tipo de auxílio neste período crítico da pandemia, o que dificultou a compra de insumos e a produção do acarajé. Pode-se compreender que essa falta de renda impediu a continuidade dos trabalhos, sendo responsável pela paralisação total das atividades e pela queda brusca das rendas desses vendedores.

Para 50% dos vendedores, não houve lucro neste período. No entanto, para 33,4% desses vendedores, houve a obtenção de auxílios, sendo 16,7% de forma federal e 16,7% contemplados com todos os auxílios. Pode-se observar uma grande disparidade entre os vendedores, onde aqueles não contemplados com auxílios enfrentaram a paralisação das atividades, enquanto os contemplados conseguiram manter a continuidade de suas operações.

Surpreendeu-se constatar que 66,7% dos respondentes não receberam qualquer tipo de auxílio oferecido pelo governo, levantando questionamentos quanto aos motivos para essa não recepção, como possíveis desconhecimento ou falta de habilidades

tecnológicas necessárias para o cadastro online. A ausência de apoio governamental impactou negativamente na continuidade das atividades desses ambulantes.

A pesquisa, por meio de perguntas abertas, identificou que no período do *lockdown*, os vendedores de acarajé, utilizaram-se de recursos tecnológicos para promover suas vendas. As ferramentas tecnológicas mais utilizadas, de acordo com os vendedores, foram: *WhatsApp* (utilizado para vendas diretas com o cliente), *Instagram* (utilizado para divulgar o produto por meio do *marketing* e vendas diretas por meio do *direct* da ferramenta) e *I FOOD* (aplicativo especializado em *delivery*), por fim, também foram observadas as respostas à utilização do telefone convencional como meio de comunicação e vendas entre clientes e vendedores.

Isso denota que o espraiamento do comércio tradicional - a venda de rua, feito com as transações comerciais em espécie, no cotidiano, foi impactado pela pandemia e ultrapassou a fronteira do mundo físico, adentrando ao mundo virtual/digital. Como se observou o uso dos aplicativos de comida e outros meios de comunicação virtual mostraram-se como saídas paliativas para continuar vendendo e se prevenindo contra o contágio da doença.

Ao perguntar sobre a retomada pós flexibilização, a maioria dos vendedores optaram por vendas presenciais e a utilização do *WhatsApp* para encomendas para retiradas no local no ponto de venda. Poucos continuaram com a utilização do *delivery*, pois alegaram que as taxas dos aplicativos juntamente com a taxa de entrega dos entregadores eram incompatíveis com a geração de lucros, não sendo rentável. Alguns comerciantes continuaram usando Instagram apenas para uso do marketing fornecido pela ferramenta.

Portanto, foi em campo, que observamos as reverberações socioeconômicas da pandemia. O receio pelo contágio foi fator determinante no comércio, que se viu obrigado a se reinventar, utilizando-se de ferramentas tecnológicas para manter comunicação a distância, de forma segura e virtualizando suas técnicas de vendas e comercialização.

Os desafios dos vendedores de acarajé permanecem, uma vez que as vendas por aplicativo e por outras ferramentas digitais estão se consolidando no mercado, no entanto, cabe aos vendedores, procurar a inovação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio de acarajé na Orla de Fortaleza já se consolidou como um ponto tradicional para a venda deste quitute, onde a figura da baiana continua a ser um símbolo marcante. A ligação entre a culinária e o sagrado ainda persiste, refletida nos adereços das baianas e na decoração das barracas, que se tornaram elementos culturais e publicitários da iguaria. Apesar da maioria dos vendedores ser da religião católica, as reminiscências antropológicas e religiosas associadas ao acarajé permanecem presentes na apresentação do alimento, embora apenas 33,4% dos vendedores entrevistados estejam ligados a aspectos rituais.

Os dados coletados durante a pesquisa de campo sobre o comércio de acarajé na Orla de Fortaleza durante a pandemia de Covid-19 revelam um cenário dominado por mulheres. A pesquisa pode ainda revelar que muitos vendedores trabalham na Avenida Beira Mar há décadas, com algumas famílias perpetuando essa tradição ao longo de gerações.

Durante a pandemia, a vulnerabilidade econômica foi evidente, com parte dos vendedores inviabilizados de lucrar durante o *lockdown* e enfrentando dificuldades mesmo na fase de flexibilização. Muitos procuraram complementar sua renda por meio dos auxílios governamentais, entretanto, alguns não receberam o apoio adequado das políticas públicas, o que prejudicou significativamente a continuidade de suas atividades e vendas.

Durante o isolamento, os vendedores recorreram a ferramentas tecnológicas como *WhatsApp*, *Instagram* e *IFOOD* para continuar as vendas, além de utilizar as redes sociais para *marketing* e contato direto com os clientes. Com a retomada, a preferência pela venda presencial se destacou, apesar dos custos adicionais com entregas, o que limitou o aumento da renda.

Para continuar esta pesquisa, seria fundamental explorar mais profundamente as razões por trás da não recepção dos auxílios governamentais por parte de alguns vendedores, investigar o impacto das estratégias de *marketing* digital na fidelização dos clientes e avaliar o papel das políticas públicas na sustentação econômica dos pequenos empreendedores durante crises. Superar as dificuldades de acesso aos entrevistados, melhorar a coleta de dados e ampliar a análise qualitativa seriam passos essenciais para a continuidade deste estudo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, L. C. C. **Africanidades e Diásporas Religiosas: O Candomblé no Ceará.** Revista Historiar - Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 4, n. 4, jan./jun. 2011, Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267. Disponível em: [www.uvanet.br/revistahistoriar].

BORGES, F. M. **ACARAJÉ: tradição e modernidade.** 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8774/1/dissertacao_florismar.pdf. Acesso em: 13 de nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [c1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 fev. 2023.

BUSS, P. M.; TOBAR, S. **La COVID-19 y las oportunidades de cooperación internacional en salud.** Cadernos de Saúde Pública, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/V6yLZcRGrL7LkKcVwrWRvGN/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CALÍOPE, T. S.; CONCEIÇÃO, I. E. P. da; CABRAL, A. C. de A; SANTOS, S. M. dos; PESSOA, M. N. M. **A institucionalização da feira de artesanato da Beira Mar em Fortaleza, Ceará.** Gestão & Regionalidade, São Caetano do Sul, SP, v. 32, n. 94, p. 52-67, jan./abr. 2016. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2526/1906. Acesso em: 13 nov. 2022.

CNN Brasil. **Governo do Ceará anuncia lockdown em Fortaleza para conter avanço da Covid-19.** 2020. Disponível em: <cnnbrasil.com.br/nacional/governo-do-ceara-anuncia-lockdown-em-fortaleza-para-conter-avanco-da-covid-19/>. Acesso em: 13 nov. 2022. GOVERNO do Ceará inicia entrega do Auxílio Cesta Básica. Governo do Ceará, 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/07/15/governo-do-ceara-inicia-entrega-do-auxilio-cesta-basica/>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

CUNHA JUNIOR, H. SILVA, J. da.; NUNES, C. (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FEITOSA, T. V. N.; MARQUES, F. R. da S. **O quê que a baiana tem: a história do acarajé.** Revista Diálogos Acadêmicos, Fortaleza, CE, v. 9, n. especial, p. 77 – 79, dez. 2020.

GOVERNO DO CERÁ. **Decretos do Governo do Ceará com ações contra o coronavírus.** Fortaleza, 2020. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-acoes-contra-o-coronavirus/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo, SP: Atlas, 1999.

GONÇALVES, L. A. A. **Traçando mobilidades e tecendo territorialidades: o comércio de artesanato Beira-Mar de Fortaleza/CE.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, 2009. 201 p. Disponível em:

<http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/Artesanato/Diversificado/Feira%20de%20Artesanato%20da%20Beira%20Mar%20-%20dissertacao.pdf>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Beira+Mar/@-3.7210949,-38.5116633,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7c748466aaaaaab:0x85ff40101d7dff1b!8m2!3d-3.7211003!4d-38.5094746>>. Acesso em: 25 fev. 2023. GOVERNO do Ceará anuncia lockdown em Fortaleza para conter avanço da Covid-19.

GOVERNO FEDERAL. **Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.** 2021. Disponível em: <<https://servicos.mte.gov.br/bem/#:~:text=O%20Benef%C3%ADcio%20Emergencial%20de%20Preserva%C3%A7%C3%A3o,tempor%C3%A1ria%20do%20contrato%20de%20trabalho>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2020.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/fortaleza.html>

MENEGUEL, C. R. de A; TRICÁRIO, L. T. **Tabuleiro das meninas e o acarajé: O Prato que conquistou os festivais gastronômicos de São Paulo.** In: Processos sociais: sistemas culinários em contexto de ressignificações, comensalidades, processos discursivos e religiosos. OLIVEIRA, M. A. S. A de; BRAMBILLA, E; VANZELLA, A. Editora do CCTA: João Pessoa, PB, 2018.

MODELO, F.; BARROS JUNIOR, A. W. R. de. **O ritual do acarajé: entre o sagrado e o profano – uma análise da comida de santo nas práticas comerciais contemporâneas.** Revista Empreenda UniToledo, Araçatuba, SP, v. 2, n. 2, p. 186-208, 2018. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/gestaoetecnologia/article/view/3187/400>. Acesso em: 13 nov. 2022.

MUNIZ, A. M. V.; SILVA, J. B. da; FERNANDES, J. S. **Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho metropolitano de Fortaleza no contexto de inflexão neoliberal.** Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, CE, v. 22, n. 3, p. 85-101, dez. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2021/02/Impactos-da-COVID-19-no-mercado-de-trabalho-metropolitano-de-Fortaleza-no-contexto-de-inflexao-neoliberal.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

NESP. Perfil do município de Fortaleza/CE. **Análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde.** Disponível em: www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Fortaleza.pdf. Acesso em: 01-04-2017.

PONTES, S. **Cadastro para auxílio a profissionais do setor de bares e restaurantes se encerra nesta quinta-feira (8).** Governo do Ceará, 2021. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2021/04/07/cadastro-para-auxilio-a-profissionais-do-setor-de-bares-e-restaurantes-encerra-nesta-quinta-feira-8/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Prefeito Sarto entrega a Beira-Mar de todos e promete expandir requalificação para a Praia de Iracema.** 2022. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-sarto-entrega-a-beira-mar-de-todos-e-promete-expandir-requalificacao-para-a-praia-de-iracema>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

_____. **Prefeitura cadastra ambulantes que desejam trabalhar no Aniversário de Fortaleza 2022.** 2022. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-cadastra-ambulantes-que-desejam-trabalhar-no-aniversario-de-fortaleza-2022#:~:text=O%20cadastro%20deve%20ser%20realizado,de%20endere%C3%A7o%20e%20foto%20digital>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RIAL, C. **De Acarajés e Hamburgers e Alguns Comentários ao Texto “Por uma Antropologia da Alimentação”.** Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, SC, v. 10, n. 76, p. 1-18, 2005. Disponível em: <<https://navi.ufsc.br/files/2017/11/C%C3%B3pia-de-De-Acaraj%C3%A9s-e-Hamburgers.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

RIOS, J. G. F. **O PRODETUR e a requalificação da Av. Beira-Mar de Fortaleza:** avaliação de uma política de turismo e de suas expectativas socioeconômicas. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, CE, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23509/1/2015_dis_jgfrios.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

RODRIGUÊS, P. H.; MORAES, J. C. **Exu: de Deus mitológico à demônio cristão.** Caderno Intersaberes, Curitiba, PR, v. 10, n. 28, p. 240-255, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1831/1591>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

SILVA, J. R. A. **Impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19.** São Paulo: Editora Nacional, 2020.

SILVA, A. **Contribuições da cultura afro-brasileira em Fortaleza: um estudo sobre a presença de terreiros e suas influências gastronômicas.** Revista Brasileira de Cultura Afro-Brasileira, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2020.

SILVA, K. M. **Auxílio emergencial na pandemia covid-19: relatos de consumo das beneficiárias em Fortaleza-CE.** 2021. Monografia (Graduação em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63217/1/2021_tcc_kmsilva.pdf. Acesso em: 13 nov. 2022.

VILHENA, L dos S. **A Bahia no século XVIII.** Salvador, BA: Ed. Itapuã, v. 1, 356 p., 1969. Fundação Cultural Palmares. **Você conhece o Acarajé?** Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=43698#:~:text=Difundida%20no%20candombl%C3%A9%20e%20ofertada,%E2%80%9Ccomer%20bola%20de%20fogo%E2%80%9D>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

ZARANZA, G. **Do tradicional ao vegano, confira roteiro de locais para comer acarajé em Fortaleza.** O Povo. Fortaleza, CE, 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2019/02/36180-do-tradicional-ao-vegano--confira-roteiro-de-locais-para-comer-acaraje-em-fortaleza.html>. Acesso em: 17 out. 2022.